UNIVERSIDADE ESTADUAL DO RIO GRANDE DO SUL
UNIDADE CRUZ ALTA
CURSO DE GRADUAÇÃO EM PEDAGOGIA - LICENCIATURA

JENIFER KARINE TRINDADE MELLO

TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA (TEA): do diagnóstico ao processo de inclusão e escolarização de crianças com autismo na rede regular de ensino do município de Cruz Alta - RS

CRUZ ALTA
2022

JENIFER KARINE TRINDADE MELLO

TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA (TEA): do diagnóstico ao processo de inclusão e escolarização de crianças com autismo na rede regular de ensino do município de Cruz Alta - RS

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como requisito parcial para obtenção do título de Licenciado em Pedagogia na Universidade Estadual do Rio Grande do Sul.

Orientador: Prof. Me. Odilon A Stramare

CRUZ ALTA

2022

Catalogação de Publicação na Fonte

M527t Mello, Jenifer Karine Trindade.

Transtorno do espectro autista (TEA): do diagnóstico ao processo de inclusão e escolarização de crianças com autismo na rede regular de ensino do município de Cruz Alta – RS. / Jenifer Karine Trindade Mello. – Cruz Alta, 2022.

33 f.

Orientador: Odilon A Stramare.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) – Universidade Estadual do Rio Grande do Sul, Curso de Licenciatura em Pedagogia, Unidade em Cruz Alta, 2022.

1. Transtorno do Espectro Autista. 2. Inclusão. 3. Diagnóstico. 4. Família. 5. Educação. I. Stramare, Odilon A. II. Título.

Ficha catalográfica elaborada pela bibliotecária Carina Lima CRB10/1905

JENIFER KARINE TRINDADE MELLO

TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA (TEA): do diagnóstico ao processo de inclusão e escolarização de crianças com autismo na rede regular de ensino do município de Cruz Alta/RS

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como requisito parcial para obtenção do título de Licenciado em Pedagogia na Universidade Estadual do Rio Grande do Sul.

Aprovado em...../...../.....

BANCA EXAMINADORA

_____
Orientador: Prof. Me. Odilon A. Stramare
Universidade Estadual do Rio Grande do Sul (Uergs)

_____
Prof.ª Dr.ª Dioni Maria dos Santos Paz
Universidade de São Paulo - USP

_____
Prof.ª Dr.ª Armgard Lutz
Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS

CRUZ ALTA

2022

Dedico a toda minha família, que desde sempre me apoiou nesta jornada.

E as minhas avós que não estarão presentes neste momento de tanta alegria.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus que me deu saúde para seguir na minha trajetória;

Aos meus pais, pelo apoio ao longo deste trabalho.

Aos meus filhos que me deram força para não desistir dos meus sonhos.

Ao meu esposo que esteve sempre ao meu lado me dando o suporte necessário, e me dando afeto nos momentos difíceis e me incentivando sempre a prosseguir e não desistir;

A minha amiga Franciele Nunes que esteve sempre ao meu lado me apoiando nos momentos difíceis me dando força e a ajuda necessária para continuar na minha jornada acadêmica.

Aos meus professores, que me proporcionaram grandes aprendizados e muitos conhecimentos.

Ao meu orientador Odilon que me auxiliou neste caminho árduo com toda a paciência e disponibilidade não medindo esforços para me acompanhar, dedicando seu tempo e sua ajuda sempre que foi necessário.

Agradeço a cada funcionário da Universidade por sempre estarem dispostos a ajudar e mostrar o caminho.

EPÍGRAFE

"Assim como um diamante precisa ser lapidado para brilhar, uma pessoa com autismo merece e deve ser acolhida, cuidada e estimulada a se desenvolver".

Ana Beatriz Barbosa Silva

RESUMO

O argumento em questão no presente trabalho denominado "Transtorno do Espectro Autista (TEA): do diagnóstico ao processo de inclusão e escolarização de crianças com autismo na rede regular de ensino do município de Cruz Alta/RS. E volta o olhar para a complexidade de a partir do diagnóstico objetiva procurar entender como se processa as ações de inclusão e a escolarização das crianças com autismo - TEA, na rede regular de educação deste município. O processo de escolarização de alunos com TEA, a legislação que inclui estes nas turmas de classe comum, este estudo se volta ao intuito de examinar as atividades pedagógicas e a insegurança por não ter disponibilidade de conhecimentos específicos para o trabalho que precisa ser adotado com estes alunos muitas vezes pelo método até então costumeiro nos da ação educacional e nos antecedentes culturais locais. E que suscitam pesquisar sobre o conceito do Transtorno do Espectro Autista (TEA); estudar os fatores históricos e legislativos acerca da inclusão de alunos com autismo no ensino regular; investigar em pesquisas e estudos já desenvolvidos sobre a inserção e a escolarização de estudantes com TEA nas turmas de inclusão em classes regulares, com o intuito de examinar as atividades pedagógicas relatadas nos mesmos. Para subsidiar esta proposta fez-se e revisões literárias nas mídias sociais e bibliotecas virtuais. E, ainda, verificar como a formação docente contribui para a escolarização inclusiva desse perfil de aluno.

Palavras-chave: Transtorno do Espectro Autista. Inclusão. Diagnóstico. Família. Educação.

ABSTRACT

The argument inquisition in the present work called “Autistic Spectrum Disorder (ASD): from diagnosis to the process of inclusion and schooling of children with autism in the regular school system of the municipality of Cruz Alta/RS. From the diagnosis, it aims to try to understand how the actions of inclusion and the schooling of children with autism - ASD are processed, in the regular education network of this municipality commonly , this study aims to examine pedagogical activities and insecurity for not having specific knowledge available for the work that needs to be adopted with these students, often by the method hitherto customary in educational action and in the local cultural background. And that raise research on the concept of Austism Spectrum Disorder (ASD) ; study the historical and legislative factors about the inclusion of students with autism in regular education ; investigate in research and studies already developed on the insertion and schooling of students with ASD in classes of inclusion in regular classes, in order to examine the pedagogical activities reported in the. To support this proposal , literary reviews were carried out in social media and virtual libraries. And also to verify how the teacher training contributes to the inclusive schooling of this student profile.

Keywords: Autism Spectrum Disorder. Inclusion. Diagnosis. Family. Education

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 – Categorias e inclusão e escolarização

QUADRO 2 -Dados iniciais sobre Cruz Alta.

QUADRO 3 - Dados da adoção de inclusão no município de Cruz Alta.

QUADRO 4 -Normatizações sobre inclusão e escolarização

QUADRO 5 - Práticas Pedagógicas em sala de aula

QUADRO 6 - Formação docente

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AEE — Atendimento Educacional Especializado

CNE — Conselho Nacional de Educação

DSM — Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais

FADERS- Fundação de Articulação e Desenvolvimento de Políticas Públicas para Pessoas com Deficiência e com Altas Habilidades no Rio Grande do Sul

IDEB — Índice de Desenvolvimento da Educação Básica

LDBEN — Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

MEC — Ministério da Educação

OMS — Organização Mundial da Saúde

RS — Rio Grande do Sul

TEA — Transtorno do Espectro Autista

UERGS — Universidade Estadual do Rio Grande do Sul

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO 12

2 REFERENCIAL TEÓRICO 14

2.1 COMPREENDENDO O TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA 14

2.2 O IMPACTO DO DIAGNÓSTICO DO AUTISMO: OBSTÁCULOS E DIFICULDADES ENFRENTADAS PELOS PAIS 16

2.3 EDUCAÇÃO INCLUSIVA DE ALUNOS AUTISTAS NO MUNICÍPIO DE CRUZ ALTA: UMA ANÁLISE DOCUMENTAL 18

3 METODOLOGIA 21

3.1 TIPO DE ESTUDO 21

3.2 OBJETO/SUJEITO DE ESTUDO 22

3.3 INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS 22

3.4 PROCEDIMENTO DE ANÁLISE DE DADOS 22

3.5 RISCOS E BENEFÍCIOS 22

3.6 PROCEDIMENTO ÉTICO 23

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO 24

4.1 SOBRE OS MATERIAIS DE ANÁLISE 24

4.1.1 Sobre os materiais de análise: mapeando o município de Cruz Alta/RS 24

4.1.2 Inclusão como um fator determinante para a escolarização de alunos com Transtorno do Espectro Autista (TEA) 28

4.1.3 Práticas pedagógicas inclusivas 30

4.1.4 Formação docente: o professor está preparado para atender um aluno com autismo no âmbito escolar? 31

5 CONCLUSÃO 34

1 INTRODUÇÃO

Atualmente tem se falado muito em Transtorno do Espectro Autista (TEA), o autismo tem sido bastante notado ou por esclarecimentos ou por incidência de casos; representado por uma peça de quebra-cabeças. Pois seus aspectos comportamentais, sociais, neurobiológicos e educacionais acabam se entrelaçando por novidades e da neurociência anos após anos, nos ensinando suas faces até algum tempo atrás e que não víamos. Ainda assim, grande parte deste enigma permanece nas sombras das investigações, dificultando a inserção destas crianças em âmbitos escolares, nas práticas pedagógicas dos professores, na educação estruturada, e na sua vida familiar.

O processo de escolarização de alunos com autismo ainda gera muito medo e insegurança por não ter disponibilidade de conhecimentos muitas vezes pelo método de trabalho que precisa ser adotado com estes alunos. E se os recursos em sua formação são adequados para entender as necessidades de inclusão destes alunos [...]. Apesar do sentimento de despreparo que se defrontam muitos educadores diante da inclusão. E o acesso de alunos com TEA tem sido cada vez mais comum e é uma realidade que vem crescendo a cada dia, devido ao grande avanço do conhecimento que se adquiriu sobre este transtorno.

Desta forma o interesse pela temática surgiu através de situações vivenciadas no âmbito da investigação deste trabalho defrontamo-nos com dificuldades dos pais ou responsáveis legais quando acontece a procura por escolas que estejam aptas a receber alunos autistas e que tem por direito ser incluso. Onde haja profissionais capacitados para dar o suporte necessário para alunos incluídos. Estes necessitam dispor de estrutura educacional preparada e que faça o desenvolvimento do processo de escolarização e autonomia dos alunos. Diante disto o papel do educador deve estar interligado a inclusão e aceitação deste aluno, faz toda a diferença neste processo de inclusão. Porém com os conhecimentos disponibilizados em cursos de formação continuada e em novas Licenciaturas o educador dispõe fundamentações teóricas e entendimento acerca do que se deve desenvolver em sala de aula.

Esta pesquisa tem por objetivo geral transtorno do espectro autista (tea)**:** do diagnóstico ao processo de inclusão e escolarização de crianças com autismo na rede regular de ensino do município de Cruz Alta/RS

Os objetivos específicos deste estudo foram os seguintes: pesquisar sobre o conceito do TEA; estudar os fatores históricos e legislativos acerca da inclusão de alunos com autismo no ensino regular; investigar em pesquisas e estudos já desenvolvidos sobre a inserção e a escolarização de estudantes com TEA nas turmas de classe comum, com o intuito de examinar as atividades pedagógicas relatadas nos mesmos; E, ainda, verificar como a formação docente contribui para a escolarização inclusiva desse perfil de aluno.

Partindo destes pressupostos a presente investigação em questão: Quais as orientações propostas pelo Ministério da Educação (MEC), a partir dos documentos educativos, para incluir os estudantes com Transtorno do Espectro Autista (TEA) nas escolas regulares?

Desse modo, o tema da pesquisa envolvendo inclusão escolar foi escolhido devido a muitas inquietações e lacunas que permanecem abertas na atuação como monitora da criança com Transtorno do Espectro Autista, pode se perceber como integrante no caminhar conjunto família, assistência e escola, neste caminho longo na jornada para a escolha da escola para seus filhos que os receba e faça a diferença para eles com o projeto de inclusão.

A presente pesquisa justifica-se a verificar na literatura como o preparo do professor se faz necessário para um trabalho mais acolhedor atento à demanda de alunos portadores de necessidades especiais.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Neste capítulo será apresentado o embasamento teórico sobre a temática central de estudo, que envolve o Transtorno do Espectro Autista (TEA). O referencial teórico da presente pesquisa foi elaborado em três tópicos, são eles: Compreendendo o Transtorno do Espectro Autista, Fundamentos para O Diagnóstico do TEA, Educação Inclusiva, A Escolarização do Autista no Ensino Regular e as Práticas Pedagógicas.

2.1 COMPREENDENDO O TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA

O Transtorno do Espectro Autista é uma das condições humanas mais complexas de se entender e de abordar. Essa característica neurológica desencadeou um grande enigma no conhecimento da humanidade, desafiando a ciência até os dias de hoje. Sua origem ainda é desconhecida, não desvendaram o mistério de quando surgiu os primeiros autistas. Desconfia-se que eles sempre existiram, porém alguns sobreviveram sem serem identificados ou diagnosticados.

Identificar um sujeito com autismo é lembrar que as características acima são indivisíveis e podem ou não ser aparentes dependendo de sua gravidade. No entanto, nem todos os indivíduos desenvolveram os mesmos sintomas. É preciso perceber que por mais parecidas que sejam, cada situação é única e nenhum autista é igual.

Segundo o Manual de Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais-5 (DSM-V) o Autismo passou por muitas alterações ao longo do tempo e atualmente passou a ter um nome técnico “Transtorno do Espectro Autista (TEA) ”. É conhecido como um transtorno que se caracteriza por uma série de condições de extrema complicações na vida do indivíduo.

O TEA não foca nas dificuldades, mas expande novas perspectivas, novas possibilidades intelectuais, compreendendo disciplinas sendo como sociedade, buscando perspectivas evolutivas.

De acordo com (LEBOYER, 1995; p.,09); constituindo a primeira descrição histórica sobre o autismo em que os indivíduos apresentavam as seguintes características:

> Inaptidão em estabelecer relações normais com as pessoas; apresentando atrasos na aquisição da linguagem, ou quando presente não tem valor de comunicação, apresentando estereotipias gestuais, necessidade imperiosa de manter imutável seu ambiente material embora manifestem uma memória frequentemente notável e aparência física normal. (LEBOYER, 1995, p., 09)

Já vimos que o autismo não altera a aparência normal de um indivíduo, muitas vezes dificultando o diagnóstico do transtorno, gerando confusão sobre os seus déficits cognitivos. O autismo, público alvo deste estudo, apresenta dificuldades significativas ou mesmo incapacidade de comunicação nas interações sociais, tanto verbais quanto não verbais.

Segundo Martins, (2016), o Transtorno do Espectro Autista (TEA) trata-se de uma desordem do neurodesenvolvimento que acarreta complicações nas áreas de comunicação, socialização e comportamento. Os sinais do TEA aparecem normalmente até os três anos de idade, sendo as principais características: padrões de comportamentos restritos e repetitivos, dificuldades na comunicação verbal e não verbal e dificuldades de socialização (MARTINS, 2016).

Só em 1972, com os primeiros manuseios de equipamentos de tomografia computadorizada iniciaram as pesquisas. Partindo desses pressupostos todos os estudos que são baseados nesse transtorno estão longe de descobrir uma cura para o autismo, ou uma explicação para os agravantes serem tão severos, os indivíduos levarão esses comprometimentos durante todo o seu ciclo vital.

Na edição do Manual de Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais-5 (DSM-V) houve a fusão de três síndromes, Transtorno do Espectro do Autismo, Transtorno de Asperger (TA) e Transtorno Global de Desenvolvimento (TGD), os quais se fundiram e geraram o termo “espectro”. O conceito de “espectro do autismo” remete à ideia de um contínuo heterogêneo, alterações de maior ou menor grau, intensidades de leve a grave, numa série de aspectos e dimensões que vão remeter a variedades individuais de manifestações desses sintomas, níveis evolutivos, necessidades terapêuticas e educativas bastante diferentes.

O autismo ainda apresenta muitas lacunas em relação ao diagnóstico e como ele afeta cada indivíduo em cada área cognitiva específica para se falar em autismo é necessário estar em constantes buscas de aportes teóricos, pois a cada momento se descobre algo sobre o autismo que não estávamos esperando.

Para Leo Kanner considerado pesquisador que notou as peculiaridades do Autismo (KANNER,1943), as investigações mostraram especial necessidade de atenção que é atraída por um número de crianças cuja condição difere dramaticamente e de modo marcante e de especificidades únicas que qualquer outro caso analisado e conhecido até agora, esperava ele que cada caso merecesse a devida atenção, e que receba a tempo. E assim descreveu o autismo como um quadro que se caracterizou como de um isolamento extremo, tendências a mesmices, estereotipias e ecolalia que vieram a ser associadas a fenômenos da linha esquizofrênica.

Diante disto, o autismo apresenta eixos comportamentais que possuem muitas alterações sintomatológicas como um padrão alterado de comportamentos, envolvendo a comunicação e linguagem, e na sua sociabilidade. No Brasil ainda tem uma escassez sobre estudos que consigam trazer mais comprovações sobre a quantidade de autistas exatas.

Estima-se que, atualmente, a prevalência mundial do TEA esteja em torno 70 casos para cada 10.000 habitantes, sendo quatro vezes mais frequente em meninos (CARNIEL; SALDANHA; FENSTERSEIFER, 2010). No Brasil, apesar da escassez de estudos epidemiológicos que possam melhor estimar os dados nacionais, constatou-se em recente pesquisa que os índices de acometimento pelo autismo são de 27,2 casos para cada 10.000 habitantes (PAULA, et al., 2011).

O reconhecimento dos sintomas manifestados pelas crianças com autismo é fundamental para obtenção do diagnóstico precoce, e assim iniciar a busca pela terapia alternativa correta para melhor desenvolvimento destes indivíduos, visando assim diminuir os agravantes causados por este transtorno.

2.2 O IMPACTO DO DIAGNÓSTICO DO AUTISMO: OBSTÁCULOS E DIFICULDADES ENFRENTADAS PELOS PAIS

Uma vez que o diagnóstico do Autismo é concretizado fica uma certeza aos familiares destas crianças que precisam estar preparados para enfrentar as batalhas diárias perante a essa confirmação, pois se iniciaram as buscas por tratamentos e

terapias adequadas. Porém a falta de profissionais bem qualificados e o despreparo ainda é um tema que precisa ser estudado.

No entanto, a aceitação familiar é um pilar indispensável para aprender a ter novos comportamentos adaptados a necessidades dos autistas, para que se possa acolher, incluir e aceitar as pessoas no espectro.

Os familiares que recebem este diagnóstico muitas vezes não têm o suporte necessário tanto físico quanto psicológico, para assimilar estes fatos inesperados na vida, às famílias precisam ser assistidas acolhidas e auxiliadas nesta travessia tão dura. Não é algo fácil pois o estresse diário acaba consumindo muitas famílias, dificultando muitas vezes o cuidado das pessoas com autismo, podem vir a causar depressão causando um impacto na vida das mães de crianças autistas que poderá a vir afetar a própria criança. O acolhimento destes pais refere-se a respeitar suas lutas diárias compreendendo que muitas vezes eles estão esgotados psicologicamente, fisicamente e emocionalmente, muitas vezes isto causa o afastamento do mundo para que não sejam criticados e passem a ser alvo de conselhos fúteis.

Portanto, o diagnóstico de uma doença como o Autismo desencadeia muitas alterações na rotina familiar, necessitando de um acompanhamento para a criança visando seu desenvolvimento. Causando assim um impacto muito complexo levando os pais a pressão psicológica imensa, muitas vezes isso se inicia com o chamado luto da negação.

Para os pais, a descoberta do diagnóstico poderá despertar o processo de negação, facilitando o luto pelo filho idealizado, negando a aceitação do TEA. Portanto, se faz necessário logo após esse impacto, a busca de uma equipe multidisciplinar, para todo preparo da aceitação da família e orientações adequadas ao membro autista para um melhor desenvolvimento (MARQUES, MARQUES, MAIA 2020).

Os familiares devem propor novas estratégias para acolhimento, ensinando as habilidades básicas no âmbito em que a criança convive visando assim incentivar e incluir esta criança em atividades diárias para facilitar a interação social e familiar contribuindo assim para seu desenvolvimento.

Segundo Valadão, Santos e Mendes (1997, p. 22) destacam que:

> Independentemente de como a família é constituída, esta é uma instituição fundamental da sociedade, pois é nela que se espera que ocorra o processo de socialização primária, onde ocorrerá a formação de valores. Este sistema de valores só será confrontado no processo de socialização secundário, isto é, através da escolarização e profissionalização, principalmente na adolescência.

Com isto fica imposto como a família tem um papel fundamental na socialização da criança, pois elas chegam às escolas levando consigo as vivências familiares neste aspecto o ambiente escolar se faz uma peça chave no acolhimento dos mesmos.

2.3 EDUCAÇÃO INCLUSIVA DE ALUNOS AUTISTAS NO MUNICÍPIO DE CRUZ ALTA: UMA ANÁLISE DOCUMENTAL

Nesta seção será implementada a verificação de documentos legais que abordam a temática de inclusão de crianças autistas no município de Cruz Alta/ RS proporcionando o embasamento teórico da presente pesquisa.

Muito se tem discutido sobre a importância da inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais. A inclusão escolar é um processo ainda em desenvolvimento, especialmente no Brasil, existem muitos fatores instáveis devido ao sistema educacional.

Desta forma:

> O Conselho Municipal de Educação do município de Cruz Alta/RS estabelece em sua *Resolução CME nº 021/2014,* Normas e Diretrizes Curriculares para a oferta da modalidade da Educação Especial e institui Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado (AEE) na Educação Básica, a modalidade “Educação Especial”, nas Instituições do Sistema Municipal de Ensino de Cruz Alta/RS. Nesse documento, no artigo terceiro, inciso II, consta que a Educação Especial deve ser oferecida no Sistema Regular de Ensino para: Alunos com transtornos globais do desenvolvimento: aqueles que apresentam um quadro de alterações no desenvolvimento neuropsicomotor, comprometimento nas relações sociais, na comunicação ou estereotipias motoras. Incluem-se nessa definição alunos com autismo clássico, síndrome de Asperger, síndrome de Rett, transtorno desintegrativo da infância (psicoses) e transtornos invasivos sem outra especificação (CRUZ ALTA, 2014, p. 2).

A inclusão prevê o tratamento igualitário de todos visando respeitar as suas individualidades e necessidades educacionais. No contexto educacional a inclusão gera às escolas novas posturas a serem adotadas, pois o estudante e a instituição educacional criam meios para a acessibilidade onde um e o outro necessitam receber e atender cada indivíduo para que se encaixe no ambiente escolar.

De acordo com a Lei nº 13.977/2020 em seu Art. 3º:

> [...] a Carteira de Identificação da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista (Ciptea), com vistas a garantir atenção integral, pronto atendimento e prioridade no atendimento e no acesso aos serviços públicos e privados, em especial nas áreas de saúde, educação e assistência social.

A legislação gerou uma resposta a impossibilidade de reconhecer o autismo visivelmente, o que acaba gerando inconvenientes situações aos acessos a atendimentos prioritários aos quais os autistas têm direito.

Para que se possa garantir um direito a todos precisa-se informar e garantir todos os seus direitos assegurados pela legislação.

De acordo com os dados do Ciptea do ano de 2022 o Município de Cruz Alta possui um registro de 32 duas pessoas autistas que possuem o cadastro de identificação registrado no sistema.

O município de Cruz Alta foi habilitado com uma proposta de implantação de um Centro Regional de Referência em Transtorno do Espectro do Autismo (CRR). A Secretaria de Saúde do Rio Grande do Sul tornou público o resultado final das propostas para a habilitação do Programa TEAcolhe.

O TEAcolhe é um programa inovador que traz para o nosso município uma nova visão para qualificar os atendimentos às pessoas com Transtorno do Espectro Autista. Além de um atendimento diferenciado a população o CRR atenderá casos severos, graves da região de saúde e ofertará um apoio também ao trabalhador matriciador e terá como especialidade três áreas prioritárias: saúde, educação, e assistência social. O TEAcolhe tem uma proposta de inclusão para autistas e que proporciona o acolhimento familiar, oferece o apoio institucional assim como espaços de atendimentos integrados tendo assim um atendimento qualificado.

Na perspectiva de educação inclusiva pode-se concluir que ainda há um longo e árduo caminho para se efetivar a inclusão escolar de autistas na sociedade. Mas o município de Cruz Alta está proporcionando um movimento de inclusão e acolhimento, demonstrando o interesse em quebrar as barreiras da exclusão trazendo novas propostas para que os mesmos possam passar a ter um atendimento de qualidade.

2.4 A ESCOLARIZAÇÃO DO AUTISTA NO ENSINO REGULAR E AS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS

A inclusão escolar atualmente tem passado por um processo de transformação, uma das políticas que têm mais beneficiado nas últimas décadas a escolarização de todos os alunos.

Logo a inserção de alunos autistas na escola pública se faz necessário, pois desperta os educandos e os faz repensar suas atitudes de solidariedade e acolhimento, começa no ambiente escolar onde o indivíduo é capaz de trabalhar suas atitudes diante da sociedade.

Incluir não é só integrar [...]. Não é estar dentro de uma sala onde a inexistência de consciencialização de valores e a aceitação não existem. É aceitar integralmente e incondicionalmente as diferenças de todos, em uma valorização do ser enquanto semelhante a nós com igualdade de direitos e oportunidades. É mais do que desenvolver comportamentos, é uma questão de consciencialização e de atitudes (CAVACO, 2014, p. 31).

Diante de tal afirmação que é o ato de incluir, podemos perceber que a inclusão envolve todo um processo de aceitação e conscientização da importância da inclusão para que haja novos conhecimentos para todos.

O processo de escolarização de alunos com TEA, vem se mostrando como um desafio a todos os envolvidos neste processo a instituição de ensino por ser um ambiente referencial e idealizado como ponto de apoio fundamental para o aluno com TEA tanto quanto para toda sua família.

O ambiente escolar que recebe esses alunos deve levar em consideração as características dos alunos com TEA, devem garantir toda a estrutura escolar para que os mesmos sejam aceitos e entendidos. Isso nos remete a como a formação do profissional de educação se faz importante para elaboração de medidas que podem assegurar um sistema de ensino que atenda às exigências das necessidades desses educandos.

O professor tem um papel de extrema importância na vida de seus alunos, sendo o mediador e vindo a favorecer processos de aprendizagens e novas habilidades das crianças em uma perspectiva interdisciplinar considerando seu processo de ensino aprendizagem.

Diante do despreparo para lidar com o autismo muitas vezes é falta de conhecimento sobre o transtorno impedindo muitas vezes o professor de identificar qual seria a maneira correta de inserir esses alunos no âmbito escolar.

> Lei Ordinária Federal nº 12.764 de 2012, que instituiu a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista, prepara a escola com isto;
> Como uma citação: "O gestor escolar, ou autoridade competente, que recusar a matrícula de aluno com transtorno do espectro autista, ou qualquer outro tipo de deficiência, será punido com multa de três a vinte salários-mínimos. Em caso de reincidência deverá haver a perda do cargo.

O impacto sobre a atuação dos profissionais da educação que estão por receber estes alunos na escola, quando se veem diante de uma nova experiência muitas vezes se sentem despreparados para lidar com a inclusão destes alunos e com novos métodos de trabalho gerando assim muita sobrecarga e estresse diante desta situação.

O professor deve buscar mais conhecimentos sobre as peculiaridades do aluno inclusivo em sua sala de aula para que ele possa intervir da melhor forma possível.

Portanto, neste contexto nota-se que o professor faz adaptações do currículo e suas ações pedagógicas e conteúdos devem estar baseados na realidade de seus alunos, promovendo a educação de crianças incluídas respeitando as adversidades.

3 METODOLOGIA

No presente capítulo é apresentada a metodologia adotada para a realização da pesquisa que deu origem a este trabalho de Conclusão de Curso.

3.1 TIPO DE ESTUDO

No presente trabalho será utilizada a pesquisa bibliográfica e de cunho qualitativa. Segundo as autoras. Marina de Andrade Marconi e Eva Maria Lakatos (2003, p.183). A pesquisa bibliográfica, ou de fonte secundária, abrange toda a bibliografia já tornada pública em relação ao tema de estudo, desde publicações

avulsas, boletins, jornais, revistas, livros, pesquisas, monografias, teses, material cartográfico etc.; até meios de comunicação orais: rádio, gravações em fita magnética e audiovisuais: filmes e televisão. Sua finalidade é colocar o pesquisador em contato direto com tudo que foi escrito, dito ou filmado sobre determinado assunto, inclusive conferências seguidas de debates que tenham sido transcritos por alguma forma publicados, quer gravadas.

A atual situação de pandemia de Covid 19 que estamos vivenciando nos fez repensar sobre nossos estudos, pois fez se necessário optar por pesquisas bibliográficas já que estamos passando por um momento de isolamento social.

3.2 OBJETO/SUJEITO DE ESTUDO

Para a elaboração desta pesquisa, será realizada uma revisão bibliográfica, a partir de artigos, manuais, livros, as novas mídias, monografias e estudos que envolvam a temática.

3.3 INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS

Para esta pesquisa, além dos dados observados será utilizado um sistema de mapeamento envolvendo os dados do censo escolar e uma leitura mais profunda do material analisado trazendo assim principais elementos de cada material.

3.4 PROCEDIMENTO DE ANÁLISE DE DADOS

Os procedimentos a serem realizados para análise de dados seguirá os seguintes passos:

Leitura dos trabalhos já publicados com a temática em questão;

Análise dos trabalhos de uma forma detalhada, para exemplificar as porcentagens de desenvolvimento de crianças com TEA a partir das terapias aplicáveis; e quais são as porcentagens de alunos através do mapeamento do censo escolar.

3.5 RISCOS E BENEFÍCIOS

Por se tratar de um estudo bibliográfico, o desenvolvimento do estudo proposto não apresenta risco algum, uma vez que se buscou por informações em fontes confiáveis como: repositórios de universidades, sites de revistas eletrônicas e sites

governamentais. Como principal benefício, resultante deste estudo ser promovido será uma reflexão sobre como a inclusão se faz necessária para o desenvolvimento do aluno que possui alguma deficiência e possa ser integrado na escola regular sem nenhuma exclusão.

3.6 PROCEDIMENTO ÉTICO

A presente pesquisa não contou com a participação de seres humanos na coleta de dados, por isso não foi necessário submetê-la à avaliação do Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da UERGS.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

QUADRO 1 – Categorias e Inclusão e escolarização

→Categoria: Inclusão como um fator determinante para a escolarização de alunos com Transtorno do Espectro Autista (TEA)
quadro: Inclusão e escolarização
→Categoria: Práticas Pedagógicas: inclusivas ou excludentes?
quadro: Práticas Pedagógicas em sala de aula
→Categoria: Formação docente: o professor está preparado para atender um aluno com autismo no âmbito escolar?
quadro: Formação docente

Fonte: autora, 2022

Nesta seção, serão apresentados os resultados da pesquisa, juntamente, com a literatura acerca da temática “inclusão de crianças com TEA no Ensino Fundamental – Anos Iniciais”.

4.1 SOBRE OS MATERIAIS DE ANÁLISE

A análise nos materiais de pesquisa propiciou a definição de três categorias analíticas, sendo elas: *Inclusão como um fator determinante para a escolarização de alunos com Transtorno do Espectro Autista (TEA), Práticas Pedagógicas inclusivas, Formação docente: o professor está preparado para atender um aluno com autismo no âmbito escolar?*

É importante colocar que os materiais escolhidos para este estudo foram: a Base Comum Curricular (BNCC), Referencial Comum Gaúcho (RCG), Referencial Comum Municipal (RCM) do município de Cruz Alta/RS e algumas pesquisas realizadas em prol da inclusão de alunos com TEA na Rede Municipal de Ensino do município de Cruz Alta/RS.

4.1.1 Sobre os materiais de análise: mapeando o município de Cruz Alta/RS

Durante os exercícios de leitura e análise nesse estudo, percebeu-se a necessidade de desenvolver um mapeamento com alguns dados a respeito da

inclusão de alunos com autismo, nas instituições públicas de Ensino Fundamental – Anos Iniciais, da Rede Municipal de Ensino de Cruz Alta/RS. Seguindo essa lógica de pesquisa, buscaram-se algumas informações através de gráficos e tabelas estatísticas, do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), referentes ao Censo Escolar da Educação Básica 2021. E, ainda, para dar um melhor aprofundamento teórico das análises sobre a inclusão e inserção de alunos com Transtorno do Espectro Autista (TEA) no município de Cruz Alta/RS, serão utilizados alguns documentos legais sobre a temática, no que se refere ao âmbito escolar municipal.

Para iniciar as análises, é importante colocar, que será realizado um exercício analítico sobre alguns dados do Censo Escolar 2021, com o intuito de, verificar a quantidade de alunos com autismo matriculados nas escolas municipais de Ensino Fundamental dos Anos Iniciais em Cruz Alta/RS, foco desta investigação.

Para encontrar esses dados, realizou-se um mapeamento para saber quantos alunos das classes comuns encontravam-se matriculados nas escolas municipais de Ensino Fundamental, dos Anos Iniciais. Segundo os dados obtidos na investigação, pelo Censo Escolar de 2021, constatou-se que há em média de 1.878 alunos[1] matriculados, em turmas comuns do 1º ao 5º ano do Ensino Fundamental em escolas regulares da rede municipal de ensino, de Cruz Alta/RS. Sendo que, o número total de matrículas da referida etapa de ensino das escolas municipais, divide-se em 1.784 alunos que estudam na área urbana e 94 alunos que estudam na área rural, dentro do perímetro municipal.

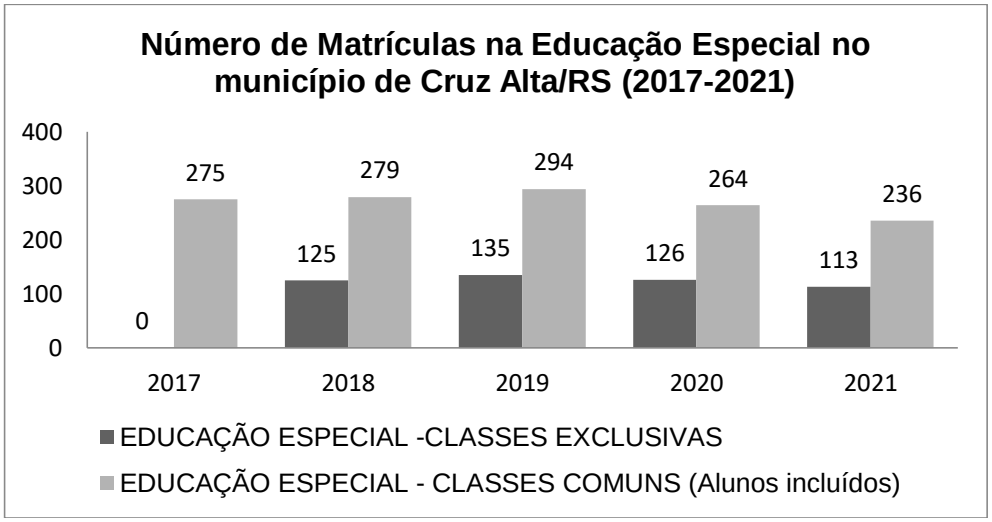
Ao verificar o total de alunos matriculados em turmas comuns dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental das instituições municipais de ensino de Cruz Alta/RS, percebeu-se a necessidade de averiguar, também, quantos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação encontravam-se matriculados nessas escolas regulares. Ao encontro disso, descobriu-se pelo Censo Escolar de 2021, que dos 1.878 alunos matriculados, do 1º ao 5º ano do Ensino Fundamental das escolas públicas da rede municipal, de Cruz

[1] Segundo o Censo Escolar de 2021, a média de alunos matriculados dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental inclui matrículas em turmas do 1º ao 5º ano do Ensino Fundamental.

Alta/RS, há 236 alunos[2] matriculados que apresentam alguma deficiência física, sensorial ou intelectual.

Para melhor compreender os dados apresentados, a seguir será apresentado um gráfico exemplificando o número de matrículas de alunos incluídos em escolas públicas e escolas especiais, de 2017 a 2021. Vale lembrar que, a Educação Especial engloba um viés inclusivo, a partir da Educação Inclusiva que atua através de uma "[...] proposta pedagógica da escola regular, promovendo o atendimento aos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação." (BRASIL, 2010, p. 20). É importante colocar que a Educação Especial atue de maneira "[...] articulada com o ensino comum, orientando para o atendimento às necessidades educacionais especiais desses alunos". (BRASIL, 2010, p. 20).

QUADRO 2 -Dados iniciais sobre Cruz Alta.



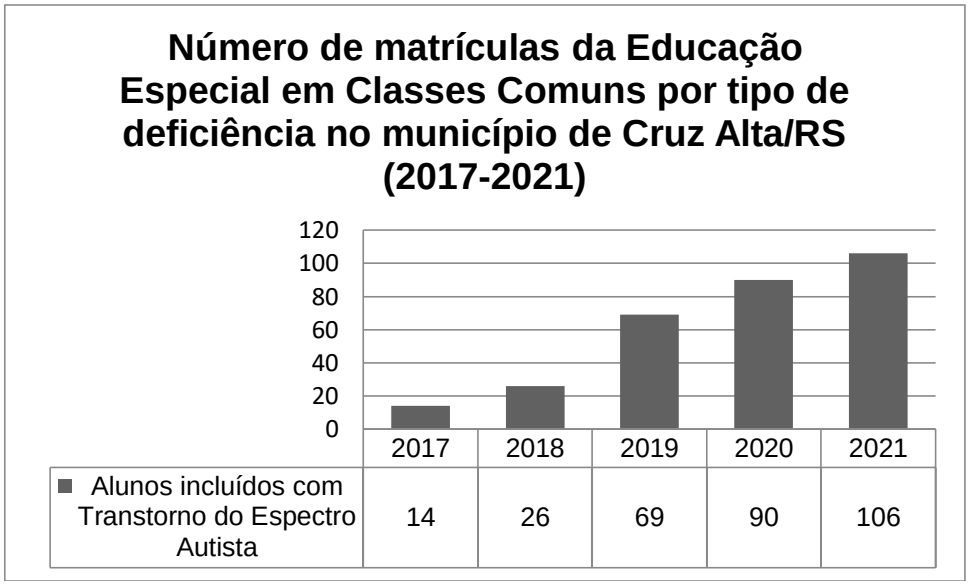
Fonte: INEP – Censo Escolar da Educação Básica (INEP, 2017, 2018, 2019, 2020, 2021)

A partir da visualização do gráfico acima, pode-se perceber a variação dos números de matrículas de alunos incluídos nas classes comuns, desde 2017 a 2021. Ao encontro disso, as Diretrizes Nacionais para Educação Especial na Educação Básica tornaram oficial no Brasil os termos "necessidades educacionais especiais" e "Educação Inclusiva", com a finalidade de ir além dos diagnósticos médicos em prol de uma educação de qualidade que visasse às necessidades de aprendizagem dos alunos que apresentam alguma deficiência.

[2] Para complementar a pesquisa, é importante colocar que, dos 236 alunos com deficiência que estudam nas escolas públicas da rede municipal, 218 alunos estudam na zona urbana e, apenas, 4 alunos estudam na zona rural de Cruz Alta/RS.

De acordo com José Geraldo Silveira Bueno (2004) e Romeu Kazumi Sassaki (2009) ressaltam que, todos os alunos necessitam receber as mesmas possibilidades e oportunidades de frequentarem as escolas regulares de classes comuns, independentemente, das necessidades e habilidades. Ao pensar na questão que todos os alunos têm o direito de ingressar e frequentar a escola regular percebeu-se a necessidade de pesquisar a quantidade de alunos com Transtorno do Espectro Autista no Ensino Fundamental dos Anos Iniciais, na rede municipal de ensino de Cruz Alta/RS, como se pode observar no gráfico abaixo;

Quadro 3 Dados da adoção de inclusão no município de Cruz Alta.



Fonte: INEP – Censo Escolar da Educação Básica (INEP, 2017, 2018, 2019, 2020, 2021)

Vale ressaltar que, o número de alunos com autismo matriculados nas escolas municipais da rede pública em Cruz Alta/RS obteve um aumento no índice de matrículas realizadas nos últimos 5 anos. Pode-se observar que esses dados estatísticos mostram apenas a quantidade de matrículas de alunos com Transtorno do Espectro Autista. No entanto, o Censo Escolar não mostra quantos alunos com autismo encontram-se incluídos no Ensino Fundamental dos Anos Iniciais em Cruz Alta/RS.

Considera-se importante salientar que ao verificar o documento municipal de Cruz Alta/RS, a *Resolução do Conselho Municipal de Educação nº 021/2014,* no artigo 4, determina que as escolas regulares da rede municipal de ensino têm como função e, também, a obrigação de atender “[...] as pessoas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação [...]” (CRUZ

ALTA/RS, 2014, p. 2) apesar das condições físicas, intelectuais, sociais e outras. Para tanto, “[...] o atendimento a essas pessoas com deficiência deve ser realizado em classes comuns da Rede Regular de Ensino, sendo que as mesmas podem ser atendidas em todas as modalidades [...]” (MACIEL, 2017, p. 43-44) de ensino.

4.1.2 Inclusão como um fator determinante para a escolarização de alunos com Transtorno do Espectro Autista (TEA)

A primeira categoria analítica, intitulada “Inclusão como um fator determinante para a escolarização de alunos com Transtorno do Espectro Autista (TEA)” se mostrou interessante, pois na leitura dos materiais analíticos, observou-se a importância de maiores investimentos na qualidade da educação brasileira em prol da inclusão e escolarização de alunos com autismo. A seguir será apresentado um quadro com trechos de documentos legais acerca da inclusão de aluno com Transtorno do Espectro Autista (TEA).

Quadro ~4 – Normatizações sobre inclusão e escolarização

“Art. 2º Considera-se pessoa com deficiência aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas” (BRASIL, 2015)
“Transtorno do Espectro Autista (TEA): Quadro clínico caracterizado por deficiência persistente e clinicamente significativa que causa alterações qualitativas nas interações sociais recíprocas e na comunicação verbal e não verbal, ausência de reciprocidade social e dificuldade em desenvolver e manter relações apropriadas ao nível de desenvolvimento da pessoa. Além disso, a pessoa apresenta um repertório de interesses e atividades restrito e repetitivo, manifestados por comportamentos motores ou verbais estereotipados. Assim sendo, são comuns a excessiva adoção de rotinas e padrões de comportamento ritualizados, bem como interesses restritos e fixos” (BRASIL, 2021, p. 06).
“[...] a pessoa com transtorno do espectro autista incluída nas classes comuns de ensino regular, nos termos do inciso IV do artigo 2º, terá acompanhante especializado” (BRASIL, 2012, p. 02).
Art. 4º Toda pessoa com deficiência tem direito à igualdade de oportunidades com as demais pessoas e não sofrerá nenhuma espécie de discriminação. (BRASIL, 2015)

Fonte: Autora (2022).

Ao analisar os excertos citados acima, observou-se que a pessoa com autismo é considerada uma pessoa com deficiência para todos os efeitos da lei, conforme a *Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista*, instituída pela Lei Nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012.

É importante colocar que, a inclusão vem a ser uma política que visa atender o aluno com Transtorno do Espectro Autista (TEA) a partir das suas necessidades educacionais, a fim de desenvolver uma aprendizagem conforme as suas habilidades e potencialidades. Ao encontro disso, é fundamental que o aluno com autismo seja acompanhado por um profissional especializado em sala de aula e, consequentemente, no setor educacional de Atendimento Educacional Especializado (AEE). No entanto, ao observar as leis que falam sobre a inclusão, os documentos legais muitas vezes não condizem com a realidade escolar do contexto atual.

Como nos mostra a autora Silvane Ines Pieczkowzski (2018), a qual desenvolveu uma pesquisa sobre “A inclusão de alunos com Transtorno do Espectro Autista (TEA) na Rede Municipal de Cruz Alta/RS”, no ano de 2018. A autora ressalta ainda que falta muito para que as escolas municipais possam oferecer “[...] uma educação inclusiva, visto que faltam recursos, especialização de professores e materiais pedagógicos para trabalhar a inclusão” (PIECZKOWZSKI, 2018, p. 50-51). Ao encontro disso, é importante colocar que a Educação Inclusiva “[...] busca proporcionar a todas as pessoas uma educação mais justa e de qualidade, para que todos possam consolidar conhecimentos, sem menosprezar o respeito às diferenças na escola” (MACIEL, 2017, p. 58).

Considera-se relevante dizer que, “[...] para que a inclusão de fato aconteça é preciso preparo e capacitação da equipe docente, de forma que realmente ocorra o desenvolvimento intelectual e social dos alunos incluídos” (PIECZKOWZSKI, 2018, p. 50). Por isso, é preciso que o professor em sala de aula, juntamente com a escola, procure por um aperfeiçoamento em cursos, seminários e palestras e, também, de materiais adequados e ambientes físicos que possam promover o desenvolvimento integral e o bem-estar dos alunos autistas.

4.1.3 Práticas pedagógicas inclusivas

A segunda categoria analítica “Práticas pedagógicas inclusivas” abordará a questão das atividades pedagógicas em sala de aula para alunos com autismo nas escolas de classes comuns. Logo abaixo, serão analisados alguns recortes sobre as práticas pedagógicas para o âmbito escolar.

Quadro 5: Práticas Pedagógicas em sala de aula

“[...] no desenvolvimento de práticas inclusivas, pretende-se organizar atividades de sala de aula e extracurriculares que encorajem a participação de todos os alunos e que sejam planejadas a partir de seus conhecimentos prévios e experiências pessoais” (CARVALHO, 2014, p. 63).
“Para promover práticas pedagógicas inclusivas (e que vão além do que acontece no interior das salas de aula), toda a comunidade de aprendizagem que a escola é mobiliza recursos, sejam os internos ou das comunidades locais, objetivando sustentar a aprendizagem e a participação ativa de todos, sem privilégios ou discriminações”. (CARVALHO, 2014, p. 63).
“A inclusão decorre das possibilidades de se conseguir progressos significativos de todos os alunos nas escolas comuns por meio de adoção de novas práticas pedagógicas que contemplem as diferenças de cada um” (MANTOAN, 2010, p. 9).

Fonte: Autora (2022).

Os excertos acima citados deixam claro que, as práticas pedagógicas vivenciadas na escola não devem ser sinônimas, somente, de socialização, visto que, a aprendizagem vem a ser o objetivo previsto nas atividades em aula. Para que isso aconteça, a instituição de ensino necessita desenvolver diversas atividades inclusivas, a partir de novas metodologias, para que todas as crianças possam participar e aprender com os exercícios propostos e, ainda, respeitar as diferenças de cada colega.

É importante colocar que quando se fala em inclusão de alunos com autismo, é primordial que os professores tenham algum conhecimento sobre o assunto, para que poder desenvolver um bom trabalho pedagógico, de forma que, cada aluno possa aprender através das suas necessidades educacionais. Ao encontro disso, considera-se essencial dizer que, os alunos com transtorno do espectro autista aprendem de maneira diferente (VYGOTSKY, 1997).

De acordo com as autoras Ana Luiza Barbosa Maciel e Silvane Inês Pieczkowski e Tatiana Luiza Rech (2018),

> [...] a criança com autismo requer uma metodologia diferenciada, a partir de atividades que variem com as especificidades de cada aluno. Dessa maneira, incluir uma criança com TEA, vai além de colocá-la em uma classe comum de ensino regular, mais especificamente, na Educação Infantil. Para isso, é preciso oferecer a esse aluno atividades significativas, que estimulem o desenvolvimento de suas habilidades como um todo. Vale dizer que o desenvolvimento da criança com autismo é ampliado a partir da convivência com outras pessoas, através da interação, da comunicação, por exemplo. Assim, na sala de aula, o professor deve procurar oferecer oportunidades para que o autista tenha oportunidade de aprender e compreender da melhor forma possível o mundo que o cerca. (MACIEL; PIECZKOWSKI; RECH, 2018, p. 235)

A partir do que nos mostra, o autor Carlo Schmidt (2012) salienta que é de suma relevância que o professor conheça mais a fundo sobre o autismo e as suas características, bem como, "[...] os alunos e a escola como um todo já que as diretrizes atuais das políticas de inclusão orientam a presença dessas crianças para a escola" (SCHMIDT, 2012, p. 3) o que evidencia o direito à educação perante as leis educacionais.

Como já foi mencionado, anteriormente, as políticas que visam a educação inclusiva trazem como garantia o direito à inclusão de estudantes com autismo nas escolas regulares. Porém, para que na prática possa acontecer, é suma importância que a escola e todos os funcionários, encontrem-se capazes de atender a esses estudantes.

Partindo desse pressuposto, Schmidt (2012) ressalta que "a flexibilização da prática do professor, associada a esta nova perspectiva, favorece o desenvolvimento de adaptações e alternativas metodológicas diferenciadas visando mediar o acesso deste aluno ao conhecimento" (SCHMIDT, 2012, p. 7). Desse modo, fica evidente que os cursos de formação para os professores são fundamentais para o planejamento e o desenvolvimento das práticas pedagógicas em aula, de forma que as crianças mostram resultados significativos no processo de aprendizagem.

4.1.4 Formação docente: o professor está preparado para atender um aluno com autismo no âmbito escolar?

A terceira categoria “Formação docente: o professor está preparado para atender um aluno com autismo no âmbito escolar?''. Em seguida, serão analisados alguns excertos acerca da formação de professor e a educação inclusiva.

Quadro 6: Formação docente

“Art. 2º São diretrizes da Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista: VII - o incentivo à formação e à capacitação de profissionais especializados no atendimento à pessoa com transtorno do espectro autista, bem como a pais e responsáveis” (BRASIL, 2012). “Para atuar na educação especial, o professor deve ter como base sua formação, inicial e continuada, conhecimentos gerais para o exercício da docência e conhecimentos específicos da área. Essa formação possibilita a sua atuação no atendimento educacional especializado e deve aprofundar o caráter interativo e interdisciplinar da atuação nas salas comuns do ensino regular, nas salas de recursos, nos centros de atendimento educacional especializado, nos núcleos de acessibilidade das instituições de educação superior, nas classes hospitalares e nos ambientes domiciliares, para a oferta dos serviços e recursos de educação especial. Esta formação deve contemplar conhecimentos de gestão de sistema educacional inclusivo, tendo em vista o desenvolvimento de projetos em parceria com outras áreas, visando à acessibilidade arquitetônica, os atendimentos de saúde, a promoção de ações de assistência social, trabalho e justiça” (BRASIL, 2008)

Fonte: Autora (2022).

Ao ler os recortes acima, traz-se as palavras do autor Carlo Schmidt (2012), coloca que:

> [...] as escolas devem garantir a continuidade do ensino desde a educação infantil até o ensino superior, incluindo a formação de professores para atuar na educação especial com esse público e a participação da família e da comunidade nesse processo. Não se trata de um desafio simples, pelo contrário, estamos diante da necessidade de sensibilizar a escola e a sociedade para receber a diversidade, garantindo o acesso a estes espaços (SCHMIDT, 2012, p. 3).

É relevante colocar que a formação docente é importante, mas só esse fator é suficiente, pois é preciso que todos os profissionais que trabalham nas instituições de ensino tenham mais sensibilidade, perante o processo de inclusão de alunos com transtorno do espectro autista. Porque, o aluno autista apresenta as suas especificidades que necessitam ser vistas e atendidas segundo as potencialidades e habilidades de cada um.

Dessa maneira, o professor poderá aplicar estrategicamente as metodologias de ensino que irão ajudar no desenvolvimento global do estudante com autismo. Cabe

dizer que, é necessário que o educador busque um conhecimento em diversas áreas, para aplicar de forma interdisciplinar em sala de aula. Sendo assim, esse professor estará mais capacitado para lidar e enfrentar com os desafios na escola tornando-se, assim, preparado para realizar novas maneiras de ensinar e, consequentemente, esse aluno autista será capaz de socializar-se com as outras pessoas e, inclusive, obter uma melhor aprendizagem.

Partindo desse pressuposto, fica evidente que as atividades que serão realizadas aos alunos autistas precisam estar adaptadas pelo docente em sala de aula ou pelo docente do Atendimento Educacional Especializado (AEE). É importante que haja uma articulação e complementação entre essas salas. Pode-se dizer que, a Sala de Recursos não pode ser vista, somente, uma “sala de reforço”, e sim, um ambiente que irá complementar a inclusão com um ensino de qualidade e autonomia.

Contudo, os materiais analisados abordam orientações acerca da inclusão e as práticas pedagógicas, entretanto, foram encontradas poucas informações a respeito de atividades inclusivas em relação à inclusão de alunos com autismo. Dessa forma, verificou-se que faltam produções científicas sobre o estudo de autismo infantil, assim como a falta de investimentos nas instituições de ensino e, consequentemente, em cursos na área da formação de professores.

5 CONCLUSÃO

A pesquisa intitulada “Transtorno do Espectro Autista: do diagnóstico ao processo inclusão e escolarização de crianças com autismo na rede regular de ensino do município de Cruz Alta- RS’’ buscou analisar os conceitos do TEA e como a inclusão deste perfil de aluno é incluído em sala de ensino regular, e como as atividades pedagógicas são desenvolvidas e como a formação docente do professor se faz necessário.

Verificou-se no decorrer da presente pesquisa, que para que haja a inclusão deste perfil de aluno no ensino regular há várias necessidades: primeiramente necessita averiguar o diagnóstico deste aluno, estar atento às dificuldades diárias que estes apresentam. Apesar de o Censo Escolar apontar o quantitativo de crianças ou pessoas com alguma deficiência, isto vem mudando a cada ano. O município de Cruz Alta ainda tem um vasto percurso a recorrer devido a inclusão deste perfil de aluno, pois a exatidão de quantos alunos autistas frequentam o ensino regular ainda é um paradigma a ser solucionado.

Nesse sentido o Município necessita desenvolver mais conteúdos e novas propostas para trabalhar a inclusão, mostrar quais os caminhos o município tem percorrido mostrando para a população os dados e informando sobre os estudos e pesquisas mais recente sobre o município, a busca por artigos voltados para o município foi bem difícil de encontrar o aporte necessário para o embasamento desta pesquisa , pois tem muito pouco material voltado à inclusão nas novas mídias tendo base voltada para Cruz Alta/RS.

A atual pesquisa nos mostra a real importância da formação docente, para os futuros educadores e os atuais profissionais pois a incidência de casos de autismo vem aumentando a cada ano. Pois estes profissionais necessitam estar buscando novas propostas de ensino e adequando as atividades diariamente para que estejam de acordo com a realidade deste perfil de aluno.

A legislação garante que estes frequentem a escola regularmente e consigam o suporte necessário para se desenvolver gradativamente, mas ainda assim faltam muitos recursos educativos e assistenciais voltados a este perfil de aluno e muita das

vezes a sua família para que possam buscar um atendimento, e ensino de qualidade para seus filhos. O diagnóstico para os familiares é elaborado por um médico profissional da área, a partir de testes desenvolvidos para este perfil de paciente. A luta pelos direitos das pessoas com necessidades especiais é travada a cada dia, a legislação já assegura seus direitos, porém nem sempre acabam conseguindo sem ir em busca ajuda especializada.

A pesquisa em questão proporcionou um aprendizado significativo baseado nas leis que amparam os autistas e pessoas com deficiência, e como as pesquisas voltadas à inclusão no município são tão baixas. Isso nos remete a pensar como podemos melhorar as dificuldades educacionais que muitas das vezes acabam por si só limitando esses alunos, pois o número de profissionais que estejam aptos a trabalhar com alunos com necessidades especiais ainda é muito baixo.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015**. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_0 3/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm>. Acesso em: 23 mai. 2022.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). **Glossário da educação especial:** Censo Escolar 2021. Brasília, DF: Inep, 2021.

BRASIL. **Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012**. Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista; e altera o § 3o do art. 98 da Lei no 8.112, de 11 de dezembro de 1990. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-201 4/2012/lei/l12764.htm>. Acesso em: 23 mai. 2022.

BRASIL; MEC; SEE. **Marcos Político-legais da Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva.** Brasília: MEC; SEE, 2010. Disponível em: <http://pfdc.pgr.mpf.mp.br/atuacao-e-conteudos-de-apoio/publicacoes/educacao/marcos-político-legais.pdf/view>. Acesso em: 15 maio. 2022.

BUENO, José Geraldo Silveira. **Educação Especial Brasileira:** integração/segregação do aluno diferente. 2ª. ed. São Paulo: EDUC. 2004.

CARVALHO, Rosita Edler. **Escola inclusiva:** a reorganização do trabalho pedagógico. 6. Ed. Porto Alegre: Mediação, 2014.

CARNIEL, E. L.; SALDANHA, L. B.; FENSTERSEIFER, L. M. Proposta de um plano de cuidados para crianças autistas. Pediatria. São Paulo, v. 33, n. 1, 2011. - referência https://faders.rs.gov.br/upload/arquivos/202207/15095644-pesquisa-ciptea-2021-2022.pdf 12/09/22

CAVACO, N. **Minha criança é diferente?** Diagnóstico, prevenção e estratégia de intervenção e inclusão das crianças autistas e com necessidades educacionais especiais. Rio de Janeiro: Wak Editora, 2014.

MACIEL, Ana Luiza Barbosa; PIECZKOWSKI, Silvane Inês; RECH, Tatiana Luiza. A inclusão de crianças com autismo na Educação Básica: fatores significativos para o desenvolvimento infantil. **Anais Seminário Educação**, Cruz Alta/RS, v.6, n.1, 2018.

MARQUES, C.S; MARQUES, M. L; MAIA, L. F. S. Transtornos do Espectro Autista: Informações Precisas Para Uma Vida Saudável. Revista Atenas Higeia Minas Gerais, vol. 2 N.2, p. 17,18. Jul. 2022.)

SASSAKI, Romeu Kazumi. Inclusão: acessibilidade no lazer, trabalho e educação. **Revista Nacional de Reabilitação (Reação)**, v. 12, n. 2, p. 10-16, 2009.

VALADÃO, C. R; SANTOS, MENDES, R. F. **Família e escola**: visitando seus discursos. (Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à UNESP-Franca), 1997, p.22

RECH, Tatiana Luiza. **Da escola à empresa educadora:** a inclusão como uma estratégia de fluxo-habilidade. 2015. 259f. Tese (Doutorado em Educação) -- Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Porto Alegre, 2015.

_____. *Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva.* Brasília: MEC; SEESP, 2008a. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br>. Acesso em: 12 jun. 2012.

VYGOTSKI, L. S. **Obras Escogidas V:** fundamentos da defectologia. Madri: Visor, 1997.